



BOLSA FAMÍLIA E DESEMPENHO ESCOLAR: AVALIAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIOEDUCACIONAL

Adriana Aparecida Felicetti ¹ - UNOESC
Joviles Vitorio Trevisol ² – UFFS

Resumo: O presente artigo apresenta os principais resultados de uma pesquisa que teve como objetivo investigar a efetividade/papel do Programa Bolsa Família no desempenho escolar das crianças e dos jovens beneficiados. A pesquisa foi realizada no município de Videira (SC), localizado na região Meio-Oeste de Santa Catarina, que conta com aproximadamente 858 famílias beneficiárias. Os dados quantitativos referentes ao perfil das famílias foram obtidos junto à Secretaria de Ação Social, por meio de um formulário desenvolvido para tal fim. Os dados qualitativos foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com dez titulares do Cartão de Recebimento do Programa Bolsa Família e com dez professores que desenvolvem atividades nas escolas frequentadas pelos estudantes. Os dados quantitativos e qualitativos foram organizados e analisados a partir de quatro categorias fundamentais: (i) perfil dos beneficiários do PBF; (ii) importância do PBF; (iii) avaliação do PBF e (iv) desempenho escolar.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Desempenho Escolar; Combate à pobreza; Inclusão social.

1-Introdução

Diferentemente do que muitos fazem crer, o Brasil não é um país pobre; é uma nação rica, que convive com a pobreza e alimenta os mecanismos (re) produtores da desigualdade e da injustiça social. Como tão bem descrevem inúmeros intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre (1999), Sérgio Buarque de Holanda (1978), Darcy Ribeiro (1995), Marilena Chauí (2004), Octavio Ianni (1986), Raimundo Faoro (1979), José Murilo de Carvalho (2008), Roberto Da Mata (1979), Josué de Castro (2005), Simon Schwartzman (2004) e tantos outros, a desigualdade social é uma das dimensões estruturantes da formação do Brasil desde o seu “achamento”, em 1500. Nas palavras de Darcy Ribeiro (1995, p. 24):

A estratificação social separa e opõe, assim, os brasileiros ricos e remediados dos pobres, e todos eles dos miseráveis, mais do que corresponde habitualmente a esses antagonismos. Nesse plano, as relações de classe chegam a ser tão infranqueáveis que obliteram toda comunicação propriamente humana entre a massa do povo e a minoria privilegiada, que a vê e a ignora, a trata e a maltrata, a explora e a deplora, como se esta fosse uma conduta natural [...] Os privilegiados simplesmente se

¹ - Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Bacharel em Psicologia pela UNIARP – Caçador.

² - Doutor em Sociologia pela USP e Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra (CES/UC). Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul, onde exerce também a função de Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação.

isolam numa barreira de indiferença para com a sina dos pobres, cuja miséria repugnante procuram ignorar ou ocultar numa espécie de miopia social, que perpetua a alteridade. O povo-massa, sofrido e perplexo, vê a ordem social como um sistema sagrado que privilegia uma minoria contemplada por Deus, à qual tudo é consentido e concedido.

Na mesma perspectiva, Marilena Chauí (2004, p. 89 e 93) assim se refere:

A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem.

Os Programas de Renda Mínima (PGRM) são iniciativas relativamente recentes no Brasil, que visam responder, ainda que de forma tímida e limitada, a essa histórica dívida social. Por meio de tais políticas, o Estado introduz instrumentos de distribuição de renda e inclusão social, cuja finalidade principal é combater a pobreza, distribuir renda e estimular os grupos sociais excluídos a melhorarem suas condições de vida.

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma dessas políticas públicas de distribuição de renda e de inclusão. Trata-se, a bem da verdade, do principal programa social do atual governo federal. O PBF beneficia, atualmente, cerca de treze milhões de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Tendo em vista a centralidade que o PBF assumiu no Brasil enquanto política pública de combate à pobreza e, sobretudo, a correlação do mesmo com a educação básica - uma das principais condicionalidades do PBF é a frequência e o rendimento escolar das crianças cujas famílias recebem o benefício - a presente investigação buscou analisar a efetividade do PBF enquanto política pública de inclusão socioeducacional, particularmente a sua incidência no tocante ao desempenho escolar das crianças e jovens de baixa renda beneficiados. De forma sintética, as seguintes questões orientaram o processo investigativo: (i) quem são (perfil) as famílias beneficiadas pelo PBF? (ii) que percepções os pais beneficiados têm do PBF e como avaliam a sua importância no tocante ao desempenho escolar de seus filhos? (iii) que avaliação os professores pesquisados fazem do PBF enquanto política pública de inclusão socioeducacional? (iv) de que modo o benefício conferido pelo PBF incide sobre o desempenho escolar das crianças e dos jovens beneficiados?

Tendo em vista a problemática e os propósitos da pesquisa, elegeu-se um único município como unidade referencial de estudo. O município de Videira (SC) foi escolhido tendo em vista sua localização, densidade demográfica e número de famílias beneficiadas pelo

PBF. De acordo com dados da Secretaria de Ação Social, o município possuía, no momento da pesquisa, 858 famílias recebendo regularmente o benefício.

Para o levantamento dos dados, optou-se por dois instrumentos de pesquisa: a entrevista e a pesquisa documental. Por meio da técnica de **entrevista**, procurou-se conhecer de que forma os pais e os professores avaliam o PBF, no que se refere ao desempenho escolar de seus beneficiados. As entrevistas foram realizadas em dois Bairros do Município e nas suas respectivas escolas, por meio de questões abertas, agrupadas de acordo com as categorias de análise da pesquisa.

O primeiro grupo de entrevistas foi desenvolvido com beneficiários do PBF. Foram escolhidas aleatoriamente 10 famílias beneficiadas, 05 residentes no Bairro Amarante e, 05, no Bairro Villa Verde, que possuíam crianças em idade escolar. As famílias foram entrevistadas em suas respectivas residências. A coleta dos dados foi feita por meio de entrevista gravada e posteriormente transcrita, seguindo-se análise de conteúdo. O segundo grupo de entrevistas envolveu dez (10) professores que exercem atividades nas escolas onde as crianças beneficiadas frequentam suas atividades escolares, sendo cinco (05) professores que atuam na Escola Joaquim Amarante - Bairro Amarante - e cinco (05), na Escola Padre Bruno Pokolm - Bairro Villa Verde.

Por meio da pesquisa documental, procurou-se conhecer primeiramente o perfil das famílias beneficiadas, por meio de um formulário com 11 questões fechadas. Para a sua elaboração tomou-se como referência o cadastro das famílias beneficiadas, disponível na Secretaria de Ação Social do Município, no Departamento do Programa Bolsa Família. Foram analisados 704 cadastros, de um total de 858.

A segunda etapa da pesquisa documental teve a finalidade de averiguar a frequência escolar das crianças e jovens beneficiados e seu desempenho educacional por meio das médias obtidas nas disciplinas. A pesquisa foi desenvolvida nas secretarias das escolas a partir do **Histórico Escolar** de dez (10) crianças beneficiadas pelo PBF, que estudam nas escolas Joaquim Amarante e Padre Bruno Pokolm. A escolha dos alunos se deu de forma aleatória. O acesso às fontes de pesquisa se deu por meio de autorização da direção das escolas, mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido do CEP.

Os resultados da pesquisa foram analisados no âmbito das quatro categorias fundamentais de análise: (i) perfil dos beneficiados pelo PBF; (ii) importância do PBF (iii); avaliação do PBF; (iv) desempenho escolar dos beneficiados. Tendo em vista a extensão dos

dados coletados e das análises desenvolvidas, o presente artigo se ocupará, de forma prioritária, a discorrer sobre a última categoria de análise.

2 - As políticas sociais e os programas de renda mínima no Brasil

Os programas de renda mínima são políticas públicas direcionadas à redução da pobreza e da desigualdade social. Tais programas acumulam longa história em inúmeros países, inclusive nas nações consideradas de “primeiro mundo”. Valla, Stotz e Algebaile (2005) destacam que tais programas foram implementados, inicialmente, pelos países capitalistas mais desenvolvidos como forma de garantir as condições mínimas de vida para os que se encontravam em faixa de renda críticas para o “equilíbrio” social e político nacional.

No Brasil, o debate sobre renda mínima se fortalece a partir de 1990. Segundo Sposati et al. (1997), a discussão emerge no momento em que o modelo político de regulação social conhecido por *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, entrou em crise. Assim, os programas de renda mínima passam a ser defendidos como uma das alternativas de desmanche da oferta de serviços sociais estatais próprias do modelo keynesiano. De acordo com Macedo e Brito (2004), o Projeto de Lei do Senador Eduardo Suplicy (SUPLICY, 2002), aprovado no Senado Federal em dezembro de 1991, é o marco referencial das discussões sobre renda mínima no Brasil. O projeto previa a inserção de 38 milhões de pessoas, com idade superior a 25 anos, cuja renda mensal era inferior ao patamar de dois salários mínimos. Apesar de ter sido aprovado pelo Senado e tendo parecer favorável da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o projeto nunca foi colocado em votação no plenário da Câmara.

Em 1993, o então Presidente Itamar Franco criou o Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM), que se constituiu na incorporação de um movimento de mobilização nacional liderado por Herbert de Sousa, o “Betinho”, cuja inovação foi propor a articulação e mobilização de recursos institucionais, humanos e organizacionais. Orientado pelos princípios da parceria, descentralização e da solidariedade, mobilizou a sociedade brasileira em torno do combate à fome e à pobreza. Impulsionado pelo movimento liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, o governo Fernando Henrique Cardoso, decide, em 1995, instituir, por meio da Medida Provisória 815/95, o Programa Comunidade Solidária.

Anos depois, sob a liderança do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é criado o Programa Bolsa Família. Instituído por meio da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, sancionado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o PBF surgiu com o propósito de unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda. Dentre os diversos programas de transferência de renda então existentes, foram incluídos na unificação os programas Nacionais de Renda Mínima vinculados à Educação- “Bolsa Escola”; de Acesso à Alimentação – PNAA; de Renda Mínima vinculado à Saúde – “Bolsa Alimentação”; de Auxílio Gás. O PBF integra a estratégia de combate à pobreza denominada FOME ZERO e constitui um programa de transferência de renda direta com condicionalidades, nas áreas de saúde e de educação, dirigido às famílias em situação de pobreza, registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (BOSCHETTI et al.,2009, WEISSHERIMER, 2006, DE PAULA, 2009).

O Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, estabelece os objetivos fundamentais do PBF:

- a) Promover o acesso a rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- b) Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- c) Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- d) Combater a pobreza;
- e) Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

O PBF é, hoje, a principal política pública de combate à pobreza e inclusão socioeducacional no Brasil. Para integrar o PBF as famílias devem atender a alguns critérios de seleção. Podem fazer parte as famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 140 (cento e quarenta reais) por pessoa. A inclusão das famílias no Programa é feita exclusivamente entre as famílias cadastradas no Cadastro Único – CadÚnico. As famílias cadastradas são selecionadas de acordo com os critérios da renda *per capita* da família, da menor para a maior renda.

O programa contempla três tipos de benefícios que variam em valores e também de acordo com a característica da família: o básico, com renda mensal de R\$70,00, pago às famílias consideradas extremamente pobres, com renda *per capita* de até R\$70,00 por pessoa, mesmo que elas não tenham crianças ou adolescentes. O benefício variável em que o valor é de R\$ 32,00 e é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 per capita, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrízes. Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 160,00 e o Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), no valor de R\$ 38 a todas as famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois (BVJ).

3 - Caracterizações dos sujeitos da pesquisa

O primeiro conjunto de informações que procuramos levantar junto aos 704 prontuários do PBF do município investigado foi a questão de gênero. Para os propósitos de nossa investigação, era importante saber quem são os responsáveis imediatos pelas famílias que recebem o auxílio. Conforme demonstra o gráfico abaixo, 95% dos que se declaram responsáveis nos prontuários são mulheres. Apenas 5% são homens.

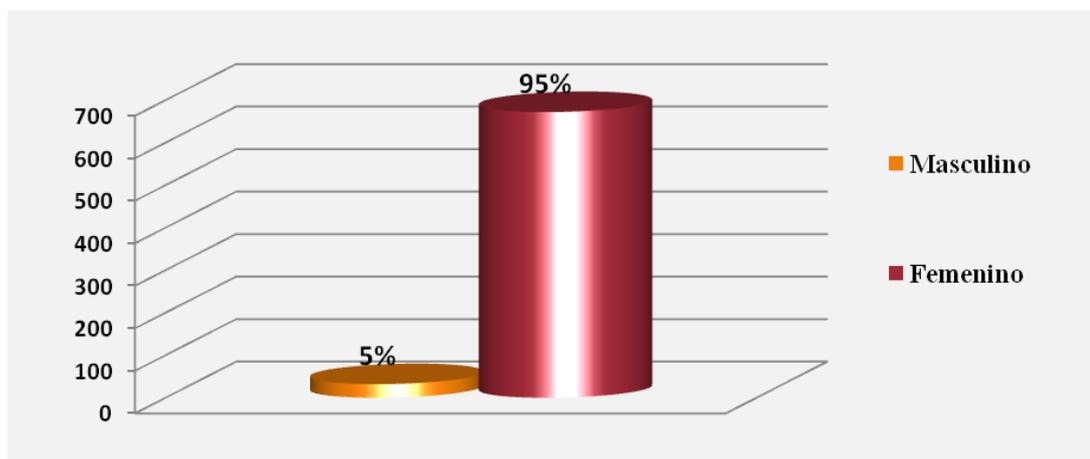


Gráfico 4: Gênero dos responsáveis pelas famílias beneficiadas

Na sequência, procuramos obter informações referentes ao estado civil das pessoas que se declaram responsáveis pelas famílias beneficiadas pelo PBF. 42% delas declaram-se solteiras; 33% são casadas e 20%, divorciadas.

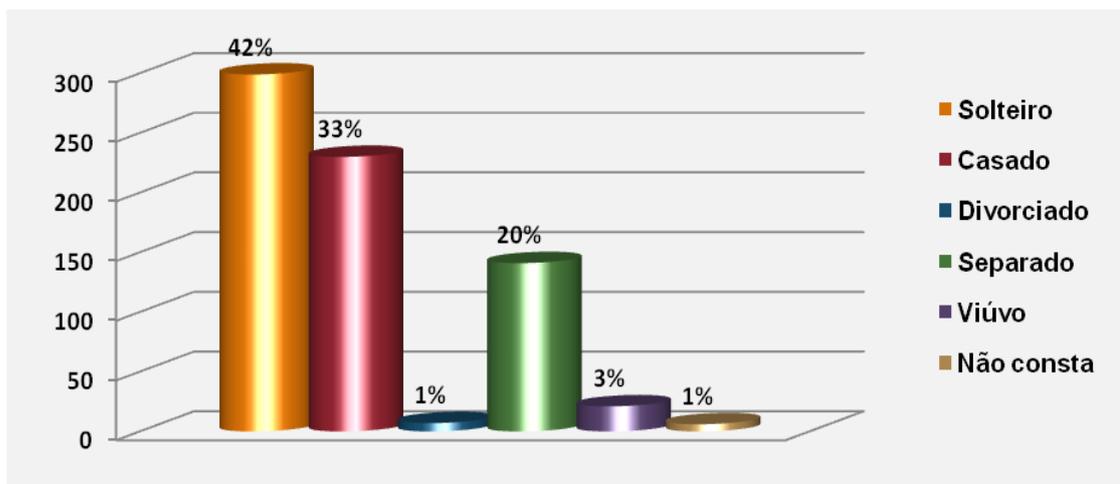


Gráfico 5: Estado civil dos responsáveis pelas famílias beneficiadas

Chama a atenção o percentual das pessoas responsáveis pelas famílias que se declaram solteiras e divorciadas. A soma desses dois quesitos corresponde a 62%. Isso significa que uma parte significativa das famílias beneficiadas convive com processos de desestruturação familiar. As mães são as responsáveis diretas pela criação dos filhos. São elas, em última instância, as provedoras imediatas. A exclusão social, nesse sentido, tem uma relação imediata com a desintegração da unidade familiar clássica, de base nuclear (pai, mãe e filhos). As crianças nascem e crescem em formatos familiares bastante diferenciados.

Procuramos, também, traçar um perfil das famílias beneficiadas a partir do quesito cor/raça. Como podemos observar no gráfico abaixo, 64% dos responsáveis pelo benefício declaram-se de cor/raça branca; 8%, de cor/raça negra e, 23%, de cor/raça parda.

O significativo percentual dos que se declaram brancos relaciona-se diretamente ao fato de que o município de Videira ter sido colonizado, majoritariamente, por descendentes de italianos e alemães. Desde os anos 30 do século passado, os negros e índios foram progressivamente expulsos dos espaços de socialização e de integração sociocultural, tanto no campo, quanto nas cidades da região. Ser negro implica carregar consigo a marca do preconceito e da exclusão. Diferentemente do que o senso comum apregoa, a exclusão social tem cara branca no município pesquisado.

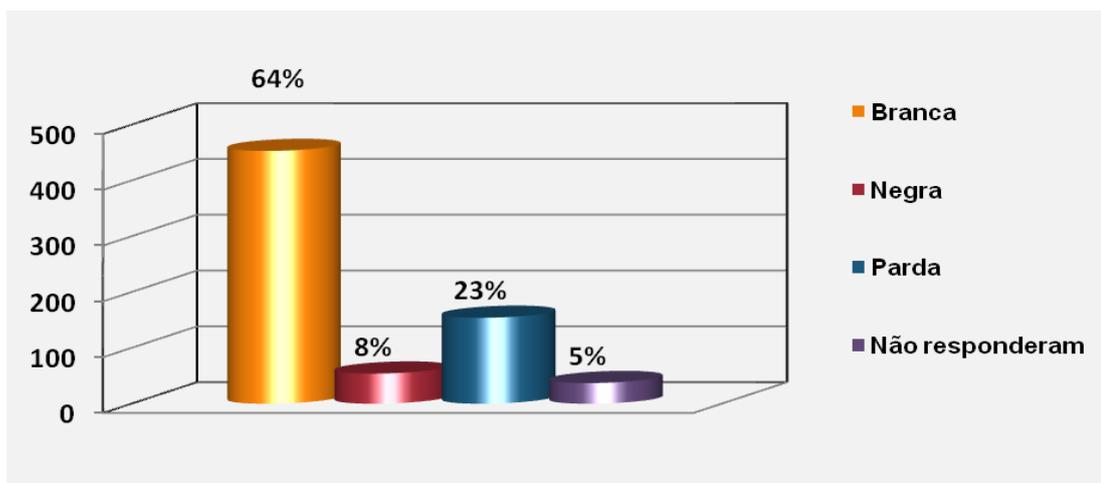


Gráfico 6: Cor/raça dos responsáveis pelas famílias beneficiadas

Buscamos, também, levantar os dados referentes à situação socioeconômica das famílias beneficiadas, particularmente o vínculo dos responsáveis com o mercado de trabalho. Apenas 13% dizem ser assalariados com carteira assinada. E, 53%, declaram-se não trabalhar.

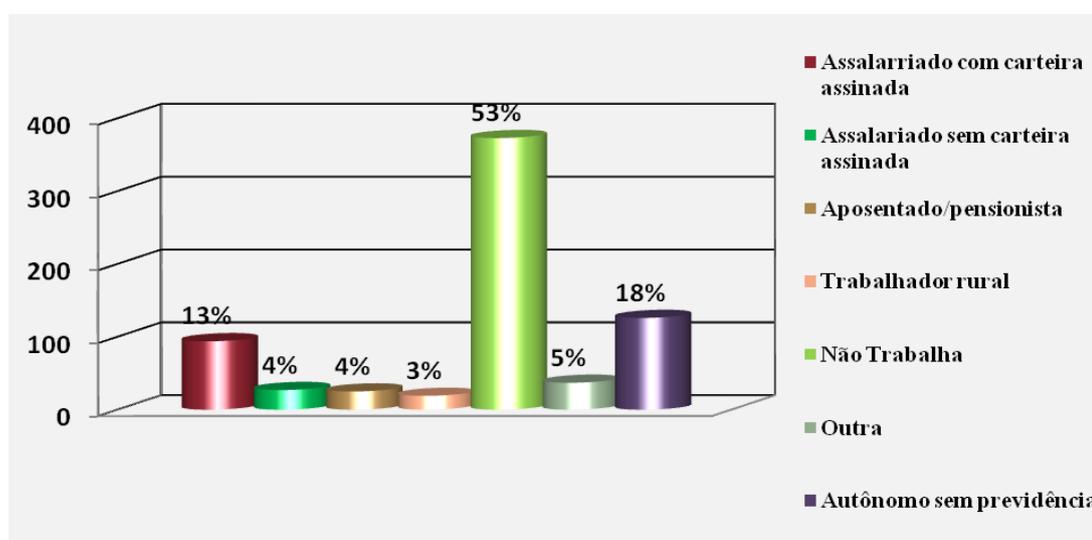


Gráfico 7: Inserção no mercado de trabalho dos responsáveis pelas famílias beneficiadas

Em seguida, procuramos levantar os dados referentes à questão educacional dos responsáveis. De acordo com os dados, vale destacar que a maioria, 26%, frequentou a quarta-série.

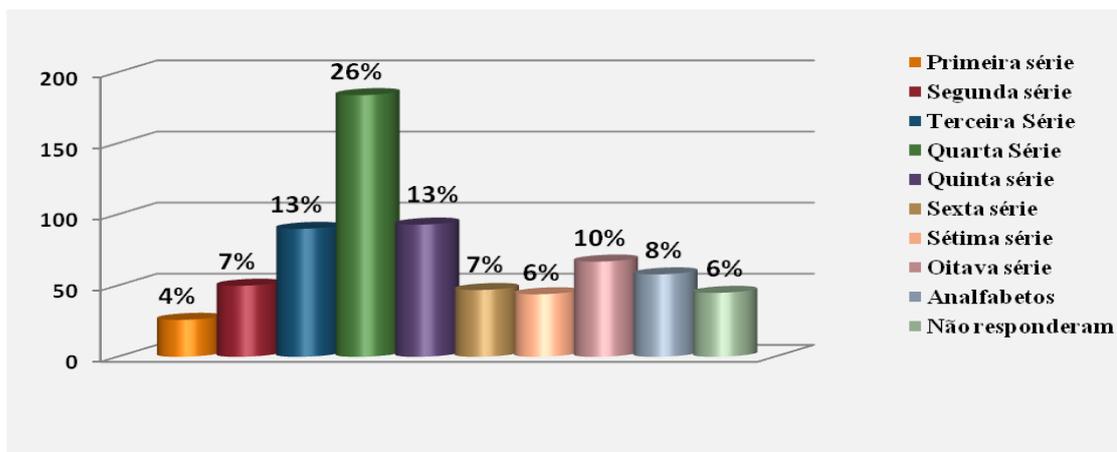


Gráfico 8: Escolaridade dos responsáveis pelas famílias beneficiadas

No que se refere à quantidade de pessoas que fazem parte das famílias beneficiadas pelo programa no município, podemos observar que a maioria das famílias (29%) possui quatro pessoas na família; 21%, possuem cinco pessoas e, 20%, possuem três pessoas.

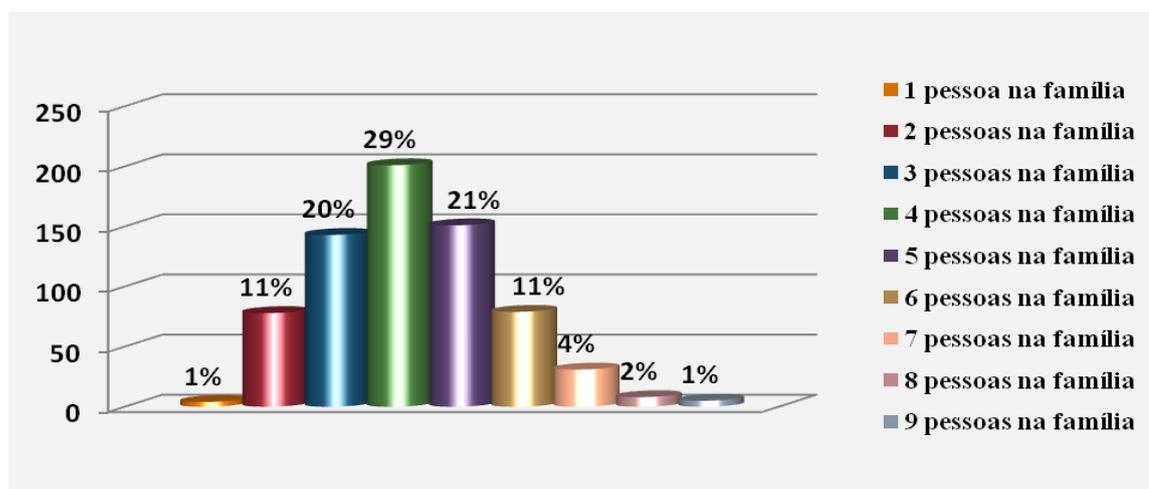


Gráfico 12: Quantidade de pessoas nas famílias dos beneficiados

Conforme indicam os dados acima, os responsáveis pelo recebimento do benefício são mulheres, brancas, solteiras ou separadas, com baixa escolaridade e excluídas do mercado de trabalho.

3- Programa Bolsa Família e o desempenho escolar dos beneficiados

A quarta e última categoria de análise do presente trabalho se ocupou de conhecer o que as famílias beneficiadas e os professores envolvidos pensam sobre o PBF, sobretudo no

que diz respeito ao desempenho escolar das crianças e dos jovens que recebem o auxílio. Conforme descrição feita na introdução do presente artigo, foram entrevistadas 10 famílias beneficiadas (com crianças na escola) e 10 professores, que exerciam atividades nas escolas frequentadas pelas crianças.

Dirigimos uma série de questões, entre as quais as que seguem. Perguntamos: *Você acha que o PBF trouxe algum benefício/melhoria para as famílias que recebem o benefício? Em que melhorou?*

FAMÍLIAS BENEFICIADAS ³	PROFESSORES
Sim, bastante! Assim, que nem eu te falei, sobre alimentação, a gente consegue comprar, porque o valor é pouco, mais ajuda. (Informante 2- F.A).	Eu não sei até que ponto pode ser considerado uma melhora [...] Será que eu vou ter que ter outro filho pra aumentar um pouco mais a minha renda eles acabam se contentando com isso e não vão atrás de outra renda e não contribui em longo prazo (Informante 2 – P.A).
Melhorou bastante, pois quando eu não recebia, não era sempre que conseguia comprar roupa e calçado pras crianças. Com esse dinheiro dá pra pagar as prestações de roupa e calçados (Informante 3-A).	Eu acho que não, porque é pouco [...] as famílias que recebem o Bolsa Família são grandes e os pais não dão prioridade pra comprar coisas pra escola, digamos material, uniforme. Eles designam isso como uma renda mais dentro da família [...] é paliativo [...] (Informante 3 – P.A)
Teve bastante melhora. Aquele dinheiro você tinha de tirá do bolso pra compra um carçado [...] Eu pego e compro comida, um chinelo, um sapato [...] Porque isso aí é delas , nós não temos nada que pegar porque é pra elas né, é elas que levantam, fazem um sacrifício cedo porque elas tem que ir pra aula, vão no PETI, e mata fome (Informante 8- F.V).	As famílias que eu conheço algumas vêm suprir a necessidade básica, outras os pais ficam com esse dinheiro e acabam deixando nos bares e levando pra casa um salgadinho (Informante 5 – P.A).
Acho que melhorou [...] Eu penso assim. Nesse ponto que é obrigatório os filhos estarem na escola. (Informante 9- F.V)	De algumas teve, mas de várias não resolveu de nada. Tive uma mãe que veio semana passada desesperada por que tinham cortado o Bolsa Família. Disse que a frequência era a razão. Algumas não acompanham, eles só reconhecem a importância quando são lesados financeiramente. (Informante 6- P.V)
Teve bastante melhora mesmo, melhorou pra comprar o alimento, às vezes um calçado, um material. Agora que tive de comprar o material, eu descí lá em baixo e comprei em prestação, um pouco por mês com o dinheirinho deles. (Informante 10- F.V)	Eu acho que em tudo sabendo aproveitar o dinheirinho com as crianças é uma ajuda que contribui para comprar o necessário, antes vinham na escola sem material, lápis de cor, agora utilizam como falei material, calçado, roupa, comida, algumas famílias pra comprar que antes era só feijão arroz agora uma carne, uma fruta, se alimentando melhor. (Informante 10- P.V)

Quadro 5: Benefícios do Programa Bolsa Família

³ - Os depoimentos abaixo aparecem transcritos conforme as palavras foram pronunciadas pelos sujeitos da pesquisa. Decidiu-se transcrevê-las deste modo, pois a pronúncia das mesmas relaciona-se, de forma direta, à forma e ao contexto de vida dos entrevistados.

Como podemos observar nas entrevistas, a grande maioria das famílias entrevistadas relata ter percebido melhorias após o recebimento do benefício, principalmente no que se refere à alimentação. Os professores, por sua vez, são mais céticos. Reconhecem algumas melhoras, mas destacam a dimensão paliativa e assistencialista do programa.

Em seguida, perguntamos: *Você entende que teve alguma alteração no desempenho escolar após o recebimento do benefício? Quais?*

FAMÍLIAS BENEFICIADAS	PROFESSORES
<p>Ah, eu acho muito bom, porque hoje eles vão pra aula né. Antes eles iam, mas ficavam um tempo sem ir, mas agora como a gente recebe isso aí “eles” explicam que tem que estudar para não perder o benefício [...] Sim, ajuda no desempenho escolar, parece que eles têm mais vontade de estudar, no caso quando chega o dia da gente receber, a gente tem aquele dinheiro e eles também podem usar pra eles, comprar as coisas pra eles [...] As notas melhoraram. Tá bom (Informante 2- F.A)</p>	<p>Com certeza, porque eles frequentam, quem frequenta escola não tem como, a gente todo dia aprende e eles que estão na escola por mais dificuldade que eles tenham, eles vão, está aprendendo sim, a gente não ensina quem não está na sala, quem está na escola de alguma forma, eles aprendem alguma coisa, ele auxilia no desempenho escolar. (Informante 1 – P.A)</p>
<p>As notas que ele levou esse mês tão boas, agora tá melhor, tudo tá melhorando um pouco. O desempenho escolar dá pra dizer que um pouco ele melhorou porque esses anos atrás ele não iam agora tá melhor, eu acho que o benefício ajudou no desempenho [...] as nota agora tão melhorando. (Informante 3- F.A)</p>	<p>Talvez ajude um pouco para as famílias que compram alimento pra que essas crianças sejam melhor alimentadas e isso vai fazer com que na escola tenham um rendimento melhor, mas como educação cultura não, de forma nenhuma; é muito pouco pra se ter uma criança adquirindo cultura, adquirindo livro, tendo vontade de estudar. (Informante 3 – P.A)</p>
<p>Os meus eu faço todo dia ir na aula. Não deixo perde aula, difícil quando tem falta, só no dia que ficarem doente. Até que eles tão melhor do que o ano passado. Acho que tão bem, né, graças a Deus. Eu acho que sim, teve melhora no desempenho escolar, eles tem mais vontade de ir na escola. Eles falam que não vão perde nenhum dia de aula, senão nós perdemos a bolsa, daí eles vão todos dia [...] eles têm mais vontade de estudar [...] Daí a gente tem como comprar, eles ficam faceiros, né (Informante 4- F.A)</p>	<p>Fica analisando se estiver com a alimentação adequada; ele ajuda se a família for assim bem responsável esse dinheiro tem esse fim [...] melhoraria, de repente essa criança vem pra escola e não produz onde está a falha, o que está faltando pra ele que fosse cobrado mais das famílias alimentação adequada fiscalização. (Informante 4 – P.A)</p>
<p>Considero o desempenho escolar de meus filhos bom, acho que depois do Bolsa família mudou [...] Ah, eu dou carçado, ropa, comida, um perfuminho [...] ajuda muito né, isso daí, uma mochila, um lápis, uma borracha, incentiva elas a estudar mais. Elas têm o relógio, levantam cedo. (Informante 8- F.V)</p>	<p>Acredito que seja um estímulo, se a mãe utilizar pra criança ela sabe se eu ganhar [...] a gente viu esse ano muitos pais que ganham bolsa. O salário de fevereiro é utilizado pra comprar o material escolar. Então eles chegaram encantados com o material escolar, que a gente não via isso em nossa realidade escolar, estavam se sentindo o máximo e isso incentiva a criança e muito. (Informante 6 – P.V)</p>
<p>Com relação ao desempenho às vezes a nota tá baixa. As vezes a nota tá alta, mas é porque eles não prestam atenção na aula [...]eu explico pra elas, não dá pra faltar por causa que daí eles cortam a bolsa e daí nós não vamos poder dá tudo pra vocês [...] eles ficam incentivados, quando você fala assim elas entendem, e daí ajuda elas a ir pra escola, ajuda no desempenho</p>	<p>Acredito que ajuda se os pais estiverem usando esse dinheiro em casa para comprar comida. A criança vai bem nutrida pra escola, ela vai aprender mais, ela não vai vir com falta de material, não vai ter essa carência. Vai estar se vestindo adequadamente, então ela vai estar mais estimulada a aprender e melhorando na</p>

escolar . Ajuda em tudo, que ta bom assim. Ajuda a manter eles na escola, é uma renda que ajuda dentro de casa, nem que seja pouquinho. As notas deles também melhoraram, mas tem época tá bom, tem época que não, mas melhorou. (Informante 9- F.V)	aprendizagem com certeza. (Informante 8 – P.V)
[...] Eu digo pra eles: se vocês não forem pra escola vão perder a bolsa. Eles não faltam, só quando não tem a escola aí eles não vão. O Bolsa Família ajuda bastante, porque incentiva daí eles vão com gosto, porque eles sabem que tudo mês eles recebem um troquinho pra comprar as coisinhas pra eles. As notas melhoraram bastante [...] eles não perdem dia de aula; vão todos os dias. (Informante 10- F.V)	Ajuda. Porque assim eles já contam com o dinheirinho. Eles já vêm mais motivados [...] tem comida em casa. Relatam a professora: Vou receber o meu dinheiro e vou comprar o meu estojo, meu lápis [...]. (Informante 9 – P.V)

Quadro 11: Desempenho escolar dos beneficiados.

Em relação ao desempenho escolar, as famílias entrevistadas reconhecem que o PBF incide de forma positiva. Alguns fatores, segundo elas, contribuem de forma direta: o medo de perder o benefício como um dos fatores que auxiliam os alunos a permanecer na escola, maior motivação por parte dos alunos em estudar (incentivo do PBF) e terem mais condições financeiras de comprar materiais escolares, roupas e calçados. Os professores também reconhecem a importância do programa, pois o mesmo obriga as crianças a frequentarem regularmente a escola e a responderem por certas exigências. O PBF acaba sendo um instrumento de acompanhamento regular do Estado sobre o comportamento das famílias carentes em relação à educação e aos cuidados de saúde. A presença na escola retira as crianças das ruas, assegura alimentação e estimula novos aprendizados.

Indagamos, na sequência, se o fato da criança fazer parte do PBF auxilia na frequência escolar dos beneficiados. A questão proposta foi: *Com relação à frequência escolar, teve alguma alteração após o recebimento do benefício?*

FAMÍLIAS BENEFICIADAS	PROFESSORES
Antes do benefício faltavam um pouco, mas agora está indo mais, faltam muito menos. (Informante 2-F.A)	Eles se cuidam bastante para vir na escola. A família fica mais responsável por que tem o medo de perder né. Eles procuram na secretaria pra ver a questão de bolsa eles têm medo de perder. Eles são mais responsáveis e mesmo vem questionar se perdeu o benefício. Eles vem atrás, os responsáveis (Informante 1 – P.A).
Teve melhor, ele falta menos. Primeiro ele faltava bastante. Dois anos atrás aí ele não tava muito de acordo, depois foi preciso trocar de escola e tudo, agora ele tá encaixando melhor. Se você faltar você vai ficar descalço e sem roupa porque só com o meu ordenado não dá (Informante 3- F.A).	Acho que 95% dos alunos melhoraram a frequência escolar, a grande maioria melhorou, trazem o atestado médico, foi bem significativo (Informante 6 – P.V).

Tá bem. Eles sempre foram bem na aula, sempre, nunca perderam aula. Sempre foram, mas depois de receber o Bolsa melhorou. Porque ajuda eles, compra material, alguma coisa que eles não tinham né. Eles podem compra, alguma coisa que eles querem, uma ropinha, um calçado né, tem como compra pra eles. (Informante 4- F.A).	Eles não faltam, a frequência está muito boa. Eu acredito que os pais com medo de perder o BF fazem com que os filhos venham para a escola e essa frequência auxilia o desempenho escolar [...] porque eles continuam a atividade e dando processo de aprendizagem quem vem um dia falta dois rompesse processo de aprendizagem (Informante 8 – P.V).
O Bolsa ajudou. Porque se não fosse o bolsa tinha mãe que não mandava os fio pra escola. Eu era uma. Assim, não digo de não mandá, mas tipo assim quando ta chovendo, ah, hoje não vai, ta chovendo né, você não tem calçado. Se preocupa mais, agora (Informante 9- F.V).	Sim, tipo assim pais estão levando mais a sério por medo de perder o benefício, quando faltam justificam (Informante 9 – P.V).
Melhorou, porque se eles faltam muito as aulas, eles perdem o benefício. Eles não podem perder e por isso que eles continuam indo tudo os dias na escola. Eles faltam menos, quando não tinha o bolsa família eles faltavam bastante (Informante 10- F.V).	Eu acho que sim eles vêm porque eles gostam de receber o dinheirinho deles (Informante 10 – P.V).

Tabela 12: Frequência escolar dos beneficiados

Os beneficiados reconhecem que os filhos passaram a faltar menos à escola após receberem o benefício do PBF. Importante destacar que o benefício é mantido somente se as crianças atenderem plenamente alguns quesitos. Todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Os professores também destacam que o benefício fez com que a frequência escolar tivesse uma melhora.

Os dados abaixo, levantados junto aos históricos escolares dos dez estudantes (05 da Escola Joaquim Amarante e 05 da Escola Padre Bruno Polkom) que compuseram a amostra evidenciam a progressiva melhora no quesito frequência escolar durante o período de recebimento do benefício ⁴.

Alunos	Média	Frequência	Média	Frequência	Média	Frequência
	geral	2007	geral	2008	geral	2009
1	5,69	88,0	4,22	96,5	5,41	93,0

⁴ Para chegar à média geral de cada aluno, foi tomada a média de cada disciplina e dividido pelo número de disciplinas. Com relação à frequência de cada aluno pesquisado, também foi tomada a frequência escolar de cada disciplina e dividido pelo número de disciplinas.

2	7,80	96,0	7,70	96,5	7,83	96,5
3	6,70	99,0	7,37	96,5	6,62	91,5
4	5,68	99,5	5,96	95,0	6,50	95,5
5	7,32	97,0	7,42	99,0	7,0	97,0
6	5,96	93,2	6,34	90,1	6,31	90,3
7	6,53	97,0	5,31	83,5	7,0	89,0
8	6,71	99,0	7,23	97,0	7,18	98,4
9	5,62	98,5	5,75	99,5	4,91	95,8
10	7,55	96,5	7,20	98,8	7,56	91,0
Total	6,55	96,37	6,45	95,24	6,63	93,8

Tabela 4: Média geral por aluno e frequência escolar no período de 2007, 2008 e 2009.

Os resultados demonstram que todos os alunos pesquisados ultrapassam os 85% de frequência exigida pelo PBF no período de 2007-2009.

Com o intuito de aprofundar a pesquisa sobre o desempenho escolar dos estudantes beneficiados procedemos um levantamento das notas das principais disciplinas que constituem a matriz curricular dos dez alunos pesquisados. A tabela retrata a média geral dos alunos no período de 2007-2009. Para chegar ao resultado, foram somadas as notas de cada disciplina dos últimos três anos e divididas por três. Posteriormente somamos a média de cada aluno por disciplina e dividimos por dez para chegar à média geral dos alunos por disciplina.

Disciplina	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10	Média Geral/ Disciplina
Português	4,75	7,83	6,0	5,2	7,0	5,76	5,4	6,73	4,6	7,36	6,06
Matemática	4,5	7,83	6,4	5,2	7,0	6,13	5,4	7,13	4,1	7,3	6,09
Geografia	5,55	7,83	6,4	5,65	7,2	5,6	6,0	6,53	4,76	7,2	6,27
Ciências	5,35	7,36	6,56	6,0	7,3	6,0	6,0	6,83	4,6	7,2	6,32
História	5,1	7,93	6,2	6,0	7,0	7,0	6,0	6,5	4,66	7,2	6,35

Tabela 5: Média escolar por disciplina dos estudantes beneficiados pelo PBF, no ano de 2007, 2008 e 2009

Em relação à média geral dos beneficiados pelo PBF, percebe-se que, ao longo dos três anos, não se verifica uma oscilação positiva da média para cima. As notas indicam uma estabilização. Se tomarmos as avaliações do desempenho escolar dos estudantes beneficiados, não é possível afirmar que o PBF teve uma incidência positiva. Chama a atenção o fato de que

os dez alunos pesquisados possuem uma média geral semelhante, que não chega à nota sete entre os anos de 2007, 2008 e 2009.

5 Considerações finais

Os Programas de Renda Mínima, assim como as políticas de ações afirmativas e outras iniciativas que visam promover a distribuição de renda e a inclusão social, nunca desfrutaram de unanimidade na opinião pública, sobretudo nos setores mais elitizadas das classes média e alta. Desde o seu início, o PBF tem sido objeto de críticas, acusado de assistencialista e de poucos resultados.

O fato é que, a despeito disso, o programa tem se consolidado como uma das principais políticas públicas brasileiras, atingindo atualmente mais de 13 milhões de famílias em todas as regiões do país. Diferentes estudos e análise tem sido desenvolvidos sobre o PBF, demonstrando que o mesmo tem contribuído de forma positiva. De acordo com Brandt (2009), entre 2001 a 2007, houve redução da desigualdade social no Brasil. O coeficiente GINI⁵ caiu de 0,59 para 0,53. Segundo o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), entre 2003 a 2006, o PBF reduziu 26% da pobreza e 41% da extrema pobreza no Brasil. A desigualdade social hoje é a menor em 25 anos. Estima-se que, sem o programa de transferência de renda, essa queda teria sido 20% menor (REVISTA ÉPOCA, 2008, p. 74). De acordo com a pesquisa coordenada pelo professor Marcelo Neri (NERI, 2010), da Fundação Getúlio Vargas, o Bolsa Família foi responsável por 17% da queda da desigualdade no período entre 2003 a 2008. Em apenas um ano, o número de brasileiros pobres teve uma redução de 12,27%, com a saída de 3,8 milhões de pessoas da situação de pobreza. De acordo com a mesma pesquisa, 16,02% dos brasileiros eram considerados pobres em 2008. No ano anterior, esse índice estava em 18,26%. Desde 2003, a FGV registra queda na taxa de pobreza. Naquele ano, o índice era de 28,12%. Em 2006 pela primeira vez desde 1992, quando esse levantamento teve início - o Brasil passou a ter menos de 20% da sua população em situação de pobreza. A taxa de pobreza caiu 43% desde 2003, com 19,4 milhões de pessoas rompendo essa barreira. Em 2008, o Brasil tinha 29,9 milhões de pessoas pobres.

Em relação ao desempenho escolar das crianças beneficiadas, pesquisa recente realizada por Weissheimer (2010), demonstra as exigências da frequência às aulas por meio

⁵ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*.

das condicionalidades do Programa Bolsa Família são positivas, uma vez que, no Ensino Médio, a aprovação dos beneficiários do programa é maior que a média nacional (81,1% contra 72,6%). No Ensino Fundamental, os números são similares (80,5% de beneficiários aprovados contra 82,3% da medida nacional). Os indicadores de abandono no Ensino Fundamental também revelam um impacto positivo: 3,6% dos beneficiários deixam a escola, contra 4,8% da média nacional. Já, no Ensino Médio, o índice de abandono é de 7,2% entre os beneficiários, enquanto a média nacional é de 14,3%. Em 2001, 920 mil crianças em idade escolar estavam fora das salas de aula. Em 2008, esse número caiu para 570 mil.

Os resultados da presente pesquisa, acima relatados, também demonstram o papel positivo do PBF no tocante à educação. Uma das principais virtudes do programa é condicionar o benefício ao atendimento de algumas condições mínimas de desempenho escolar e de cuidados com a saúde. Tais condicionalidades operam como mecanismos de “controle social” sobre as famílias, obrigando-as a adotarem práticas cotidianas nem sempre comuns em seus cotidianos. A obrigatoriedade de manter frequência escolar correspondente a, no mínimo, 85% é fundamental, pois obriga as famílias a acompanharem os seus filhos cotidianamente. A presença regular na escola, independente das médias obtidas nas disciplinas que constituem a matriz curricular, assegura às crianças e aos jovens ambientes de convivência, de alimentação e de aprendizado que nenhum outro espaço oferece. Estar na escola naqueles dias e horários significa, na prática, não estar em outros, como na rua e em outros lugares de riscos acentuados.

As famílias pesquisadas destacam que o PBF melhora a frequência escolar, além de possibilitar uma renda adicional, que possibilita a aquisição de alguns bens fundamentais. Os professores, por sua vez, destacam a necessidade do programa avançar para além das condicionalidades impostas, enfatizando a participação das famílias em ações e programas que promovam a emancipação e contribuam para a formação dos sujeitos.

Os programas de renda mínima demonstram cumprirem um papel fundamental no esforço de universalizar no Brasil os direitos fundamentais do ser humano. Os direitos de cidadania permanecem como promessa para milhares de brasileiros e brasileiras. A construção de uma nação republicana, democrática e igualitária deve estar no centro das pautas governamentais e da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Orientação para o Ministério Público. Brasília: 2005. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2008.

_____. **Presidência da República. Lei 10.836** de 9 de janeiro de 2004. Instituem o Programa Bolsa Família, 2004. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 05 abr. 2009.

_____. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)**. Composição de valores. Brasília, dezembro, 2009. Disponível em:

<www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios/composicao de valores>. Acesso em: 03/05/2010.

BOSQUETTI, Ivanete et al. **Política social no capitalismo: Tendências contemporâneas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CARVALHO, Jose Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária**. 5 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

DA MATA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DE PAULA, Rogéria. **Jornal MDS- Ministério do desenvolvimento Social e Combate á Fome**. Outubro/novembro 2009.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1979.

IANNI, Octávio (Org). **Florestan Fernandes. Sociologia.** São Paulo: Ática, 1986.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** São Paulo: Record, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

MACEDO, Myrtes de Aguiar; BRITO, Sebastiana Rodrigues de. **Transferência de Renda: nova face de Proteção Social?** São Paulo: Layola, 2004.

NERI, Marcelo. Atlas do Bolso dos Brasileiros - FGV/CPS. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/atlas>>. Acesso em: 15/06/2010.

REVISTA ÉPOCA. Debate: os dilemas do Bolsa Família. Época online, 07/11/2008 - 19:44 - Atualizado em 10/11/2008 - 09:03. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EMI1674115254,00EPOCA+DEBATE+OS+DILEMAS+DO+BOLSA+FAMILIA.html>>. Acesso em: 06 mai.2009.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro.** A formação e o Sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SPOSATI, Gilain Bruno et al. **Renda mínima e crise mundial: Saída ou agravamento?.** São Paulo: Cortez, 1997.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania: A saída é pela Porta.** 2 ed. São Paulo: Cortez: Editora da Fundação Perceus Abramo, 2002.

VALLA, Victor Vincent, STOTZ Eduardo Navarro, ALGEBAILLE Eveline Bertino. **Para Compreender a pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto: escola nacional de saúde Pública, 2005.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do programa que esta transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2006.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **O impacto do Bolsa Família na educação brasileira.**

Carta Maior, 13 de mai. 2010. Disponível em:

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16596